

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Relatório da Administração	12
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.063
Preferenciais	0
Total	98.063
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	06/02/2017	Dividendo	31/12/2017	Ordinária		0,01183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	8.104.030	7.818.528
1.01	Ativo Circulante	1.733.407	2.265.388
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	251.357	134.126
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.772	107.359
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	53.772	107.359
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	53.772	107.359
1.01.03	Contas a Receber	1.163.822	1.757.666
1.01.03.01	Clientes	736.365	970.942
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	959.790	1.111.138
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-230.568	-146.772
1.01.03.01.04	Subvenção de Baixa Renda	7.143	6.576
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	427.457	786.724
1.01.03.02.01	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	0	459.074
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	277.512	173.228
1.01.03.02.03	Serviço em curso	65.426	73.054
1.01.03.02.04	Consumidores - serviços prestados	84.519	81.368
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.643	90.615
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.643	90.615
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	189.813	175.622
1.01.08.03	Outros	189.813	175.622
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	63.601	40.923
1.01.08.03.02	Outros Créditos	125.425	132.787
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	787	1.912
1.02	Ativo Não Circulante	6.370.623	5.553.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.030.455	2.518.622
1.02.01.03	Contas a Receber	59.261	4.369
1.02.01.03.01	Clientes	59.261	4.369
1.02.01.06	Tributos Diferidos	369.898	264.255
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	369.898	264.255
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.601.296	2.249.998
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	125.300	109.803
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	223.325	223.613
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	2.242.355	1.832.491
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	10.316	5.385
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	0	78.706
1.02.03	Imobilizado	71.552	74.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43.874	46.997
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.678	27.190
1.02.04	Intangível	3.268.616	2.960.331
1.02.04.01	Intangíveis	3.268.616	2.960.331
1.02.04.01.02	Softwares	173.062	81.388
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	3.095.554	2.878.943

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	8.104.030	7.818.528
2.01	Passivo Circulante	2.147.850	1.906.229
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.546	34.760
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.546	34.760
2.01.02	Fornecedores	688.858	952.142
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	688.858	952.142
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	687.394	950.086
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	1.464	2.056
2.01.03	Obrigações Fiscais	124.301	216.146
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63.557	64.114
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	55.973	148.692
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.771	3.340
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	790.340	355.388
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	373.422	119.520
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	370.313	119.520
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.109	0
2.01.04.02	Debêntures	416.918	235.868
2.01.05	Outras Obrigações	501.805	347.793
2.01.05.02	Outros	501.805	347.793
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	46.515	46.657
2.01.05.02.04	Passivos financeiros setoriais	19.042	0
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos -SWAP	13.510	0
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	83.549	48.800
2.01.05.02.11	Taxas regulamentares	339.189	252.336
2.02	Passivo Não Circulante	3.686.333	3.398.879
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.438.990	2.329.232
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.878.665	1.431.769
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.505.670	1.431.769
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	372.995	0
2.02.01.02	Debêntures	560.325	897.463
2.02.02	Outras Obrigações	643.638	547.555
2.02.02.02	Outros	643.638	547.555
2.02.02.02.03	Fornecedores	162	5.778
2.02.02.02.04	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	493.335	491.635
2.02.02.02.05	Passivos Financeiros Setoriais	41.439	0
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros derivativos -SWAP	62.615	0
2.02.02.02.08	Taxas Regulamentares	46.087	50.142
2.02.04	Provisões	603.705	522.092
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	603.705	522.092
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.332	28.923
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	247.451	175.137
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	303.582	290.086
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	24.340	27.946
2.03	Patrimônio Líquido	2.269.847	2.513.420
2.03.01	Capital Social Realizado	1.298.230	1.298.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.04	Reservas de Lucros	947.904	1.187.344
2.03.04.01	Reserva Legal	113.379	113.379
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	834.525	1.073.965
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	459	4.592
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	459	4.592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.466.988	5.163.415
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.959.849	-4.682.076
3.03	Resultado Bruto	507.139	481.339
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-380.023	-304.925
3.04.01	Despesas com Vendas	-222.904	-132.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-218.356	-234.481
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	61.237	61.556
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.116	176.414
3.06	Resultado Financeiro	-443.319	-211.081
3.06.01	Receitas Financeiras	443.297	322.464
3.06.02	Despesas Financeiras	-886.616	-533.545
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-316.203	-34.667
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	94.371	-567
3.08.02	Diferido	94.371	-567
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-221.832	-35.234
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-221.832	-35.234
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,26214	-0,36022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-221.832	-35.234
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-21.882	-44.546
4.02.01	Perda atuarial em benefícios pós emprego	-26.892	-63.811
4.02.02	Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão	9.143	21.696
4.02.03	Perda em instrumentos financeiros	-6.262	-3.683
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	2.129	1.252
4.03	Resultado Abrangente do Período	-243.714	-79.780

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	669.294	310.808
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	664.982	610.025
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-221.832	-35.234
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	208.947	128.153
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	272.661	238.980
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	198.295	164.220
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	328.726	295.838
6.01.01.06	Receita (despesas) de Ativo Indenizável	-139.330	-212.042
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e imobilizado baixados	39.788	10.463
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-94.371	567
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	49.405	44.779
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	41.281	37.728
6.01.01.11	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-23.998	-63.087
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	5.658	0
6.01.01.13	Outros	-248	-340
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.312	-299.217
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-11.259	-525.842
6.01.02.03	Subvenção CDE	-104.284	-93.249
6.01.02.06	Tributos a Compensar	475	-53.031
6.01.02.07	Ativos financeiros setoriais	398.280	-58.904
6.01.02.09	Depositos Vinculados a Litígios	288	-27.559
6.01.02.10	Outros Créditos	-38.977	-23.693
6.01.02.11	Fornecedores	-105.402	255.073
6.01.02.12	Folha de Pagamento	7.786	-1.242
6.01.02.13	Obrigações fiscais	-91.845	187.345
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	86.853	226.834
6.01.02.15	Passivos financeiros Setoriais	60.481	0
6.01.02.16	Pagamento Benefícios Pós-Emprego	-74.597	-61.989
6.01.02.17	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-116.682	-101.163
6.01.02.18	Outros Passivos	-11.282	-27.943
6.01.02.19	Serviço em curso	7.628	10.466
6.01.02.20	Consumidores - serviços prestados	-3.151	-4.320
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-835.046	-870.036
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	53.587	-89.207
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-888.633	-780.829
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	282.983	578.580
6.03.02	Pagamento de Debêntures	-194.540	-58.500
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	898.481	1.086.606
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-261.125	-264.752
6.03.05	Pagamento de Juros de Debêntures	-105.357	-105.531
6.03.06	Pagamento de Juros de Empréstimos de Financiamentos	-54.617	-78.669
6.03.07	Dividendos Pagos / Prescritos	141	-110
6.03.08	Parcelamento Especial	0	-464
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	117.231	19.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	134.126	114.774

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	251.357	134.126

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.187.344	0	4.592	2.513.420
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.187.344	0	4.592	2.513.420
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-239.440	-4.133	-243.573
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-221.832	0	-221.832
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.608	-4.133	-21.741
5.05.02.06	Perda com fundo de pensão	0	0	0	0	-26.892	-26.892
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ fundo de pensão	0	0	0	0	9.143	9.143
5.05.02.08	transferência para lucros acumulados	0	0	0	-17.749	17.749	0
5.05.02.09	Perda de instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	-6.262	-6.262
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	2.129	2.129
5.05.02.11	Dividendos expirados	0	0	0	141	0	141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-239.440	239.440	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo do período	0	0	-239.440	239.440	0	0
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	947.904	0	459	2.269.847

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	7.480.518	8.441.611
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.691.640	7.780.765
7.01.02	Outras Receitas	112.920	27.461
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	884.905	761.538
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-208.947	-128.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.682.532	-4.358.545
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.825.602	-2.792.124
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-500.096	-448.293
7.02.04	Outros	-1.356.834	-1.118.128
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.797.986	4.083.066
7.04	Retenções	-253.147	-222.095
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-253.147	-222.095
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.544.839	3.860.971
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	443.297	370.055
7.06.02	Receitas Financeiras	443.297	370.055
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.988.136	4.231.026
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.988.136	4.231.026
7.08.01	Pessoal	196.112	187.115
7.08.01.01	Remuneração Direta	158.635	146.931
7.08.01.02	Benefícios	23.271	26.948
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.737	5.848
7.08.01.04	Outros	8.469	7.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.113.035	3.529.405
7.08.02.01	Federais	1.386.641	1.826.253
7.08.02.02	Estaduais	1.721.248	1.698.527
7.08.02.03	Municipais	5.146	4.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	900.821	549.740
7.08.03.01	Juros	391.249	299.999
7.08.03.02	Aluguéis	14.205	15.657
7.08.03.03	Outras	495.367	234.084
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-221.832	-35.234
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-221.832	-35.234



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2015, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

De 01/03/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

A partir de 01/02/2016 - A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos).

Reajuste Tarifário

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 15 de março de 2015. O reajuste tarifário médio foi de 42,19%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 1.861, de 10 de março de 2015, a qual foi revisada em 07 de abril de 2015, devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação, Resolução Homologatória nº 1.869/2015, as novas tarifas tiveram um efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%, com a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 37,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 5,68%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 5,8%.

Em 8 de março de 2016 a Resolução homologatória nº 2.023 homologou os resultados do Reajuste Tarifário da Ampla de 2016. O reajuste homologado representou um efeito médio para os consumidores de 7,59%, tendo a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 3,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 7,81%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 3,68%. As novas tarifas passaram a vigorar em 15 de março de 2016.

Redução do Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015. Reduziu o limite máximo de R\$823/MWh para R\$388/MWh e incrementou o limite mínimo de R\$16/MWh para R\$30/MWh. A decisão foi resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n.º 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n.º 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da primeira semana de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.



PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2016	2015	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.563	11.727	-1,4%
Receita Bruta (R\$ mil)	7.576.545	8.528.338	-11,2%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.466.989	5.163.415	-13,5%
EBITDA(1) (R\$ mil)*	380.263	398.509	-4,6%
Margem EBITDA (%)*	8,51%	7,72%	0,79 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	10,62%	9,05%	1,57 p.p
EBIT(2) (R\$ mil)*	127.116	176.414	-27,9%
Margem EBIT (%)*	2,85%	3,42%	-0,57 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	(221.832)	(35.234)	>100%
Margem Líquida (%)*	-4,97%	-0,68%	-4,29 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção*	-6,19%	-0,80%	-5,39 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	920.773	803.867	14,5%
DEC (12 meses)*	22,29	27,80	-19,8%
FEC (12 meses)*	12,52	13,25	-5,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,52%	96,51%	1,01 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,40%	19,60%	-0,20 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.060.357	2.976.005	2,8%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.005	1.162	-13,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.257	1.234	1,9%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	333	313	6,3%
PMSO (3)/Consumidor	317,19	277,68	14,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.196	9.503	-3,2%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço; e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	2.610.248	2.606.449	0,1%
Residencial - Convencional	2.248.091	2.234.129	0,6%
Residencial - Baixa Renda	126.278	134.344	-6,0%
Industrial	4.317	4.508	-4,2%
Comercial	146.128	148.589	-1,7%
Rural	66.670	66.786	-0,2%
Setor Público	18.764	18.093	3,7%
Cientes Livres	177	54	>100,0%
Industrial	68	34	100,0%
Comercial	86	20	>100%
Setor Público	23	0	-
Revenda	12	12	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.610.437	2.606.515	0,2%
Consumo Próprio	321	327	-1,8%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	449.599	369.163	21,8%
Total - Número de Consumidores	3.060.357	2.976.005	2,8%

A Ampla Energia encerrou 2016 com um incremento de 2,8% no número de consumidores em relação ao registrado em 2015. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com 5.896 novos consumidores*. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 216 milhões.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	9.257	9.715	-4,7%
Cientes Livres	1.888	1.584	19,2%
Revenda	418	428	-2,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.563	11.727	-1,4%



O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2016 apresentou uma retração de 164 GWh em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito combinado de (i) uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 458 GWh, com (ii) uma redução de 10 GWh do volume de energia vendida e transportada para revenda, parcialmente compensada por (iii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 304 GWh superior ao registrado em 2015. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Residencial - Convencional	4.624	4.586	0,8%
Residencial - Baixa Renda	235	327	-28,1%
Industrial	640	893	-28,3%
Comercial	2.102	2.230	-5,7%
Rural	252	254	-0,8%
Setor Público	1.404	1.425	-1,5%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	9.257	9.715	-4,7%

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 4,7% no ano de 2016 quando comparado ao ano de 2015. Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 4,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2016	2015	Var. %
DEC 12 meses (horas)	22,29	27,80	-19,8%
FEC 12 meses (vezes)	12,52	13,25	-5,5%
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,40%	19,60%	-0,20 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,52%	96,51%	1,01 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.257	1.234	1,9%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	333	313	6,3%
PMSO (1)/Consumidor	317,19	277,68	14,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.196	9.503	-3,2%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Ambos os indicadores apresentaram melhoria em 2016 em relação a 2015, explicados, principalmente, pelos efeitos ocorridos em 2015 relacionados a (i) maiores desligamentos programados no período, para instalação de diversos equipamentos de telecontrole para melhoria da qualidade, (ii) maior incidência de descargas atmosféricas sobre a rede; (iii) maiores interrupções relacionadas a objetos estranhos à rede, como pipas e pássaros, por exemplo e (iv) rompimento do cabo subterrâneo que provê energia à Ilha Grande.

A Ampla Energia investiu R\$ 324 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2016, e R\$ 165 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2016	2015	Var. %
Receita Operacional Bruta	7.576.545	8.528.338	-11,2%
Deduções à Receita Operacional	(3.109.556)	(3.364.923)	-7,6%
Receita Operacional Líquida	4.466.989	5.163.415	-13,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.339.873)	(4.987.001)	-13,0%
EBITDA(1)*	380.263	398.509	-4,6%
Margem EBITDA*	8,51%	7,72%	0,79 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	10,62%	9,05%	1,57 p.p
EBIT(2)*	127.116	176.414	-27,9%
Margem EBIT*	2,85%	3,42%	-0,57 p.p
Resultado Financeiro	(443.319)	(211.081)	>100,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	94.371	(567)	<100,0%
Lucro Líquido	(221.832)	(35.234)	>100,0%
Margem Líquida	-4,97%	-0,68%	-4,29 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	-6,19%	-0,80%	-5,39 p.p
Lucro (prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(2,262)	(0,359)	>100,0%

(1) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações; (2) EBIT: Resultado do Serviço



Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla sofreu uma redução de R\$ 952 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Fornecimento de Energia	6.555.189	6.325.972	3,6%
Baixa Renda	42.063	49.851	-15,6%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	180.275	134.715	33,8%
Fornecimento de Energia Total - Mercado Cativo	6.777.527	6.510.538	4,1%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(518.199)	885.415	<-100,0%
Suprimento de Energia Elétrica	77.362	66.560	16,2%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	310.125	246.762	25,7%
Receita de Construção	884.905	761.538	16,2%
Outras Receitas	44.825	57.525	-22,1%
Total - Receita Operacional Bruta	7.576.545	8.528.338	-11,2%

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo (incremento de R\$ 267 milhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Reajuste Tarifário de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 7,38% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).

Ativos e passivos setoriais (redução de R\$ 1.404 bilhão): esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2016, alcançou o montante de R\$ 6,7 bilhões, o que representa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,8 bilhões.

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita em 2016 apresentaram uma redução de R\$ 255 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
ICMS	(1.721.457)	(1.698.658)	1,3%
PIS	(111.530)	(135.752)	-17,8%
COFINS	(513.713)	(625.281)	-17,8%
ISS	(3.030)	(3.103)	-2,4%
Total - Tributos	(2.349.730)	(2.462.794)	-4,6%
Encargo Setorial CDE	(712.064)	(854.498)	-16,7%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(41.281)	(37.728)	9,4%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(6.481)	(9.903)	-34,6%
Total - Encargos Setoriais	(759.826)	(902.129)	-15,8%
Total - Deduções da Receita	(3.109.556)	(3.364.923)	-7,6%

Tributos (redução de R\$ 113 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, a redução da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do decréscimo na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais, especialmente o CDE (redução de R\$ 142 milhões): A variação se deve à redução da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a partir da Reajuste Tarifário de 2016, que passou a vigorar em 15 de março de 2016.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2016 alcançaram -R\$ 4,4 bilhões, uma redução de R\$ 647 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito das seguintes variações:



CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.825.602)	(2.792.124)	-34,6%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(312.188)	(369.932)	-15,6%
Total - Não gerenciáveis	(2.137.790)	(3.162.056)	-32,4%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(161.513)	(187.871)	-14,0%
Material e Serviços de Terceiros	(500.096)	(448.293)	11,6%
Custo na Desativação de Bens	(89.150)	(18.008)	>100%
Depreciação e Amortização	(253.147)	(222.095)	14,0%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(214.605)	(128.153)	67,5%
Provisão para Contingências	(53.352)	(49.051)	8,8%
Custo de Construção	(884.905)	(761.538)	16,2%
Indenizações DIC / FIC	(55.276)	(44.522)	24,2%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(41.154)	(13.005)	>100%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	51.115	47.591	7,4%
Total - Gerenciáveis	(2.202.083)	(1.824.945)	20,7%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(4.339.873)	(4.987.001)	-13,0%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (redução de R\$ 967 milhões):

- (i) Durante o ano de 2016 a Companhia realizou venda de 1.151 GWh no mercado SPOT contra compra de 584 GWh no mesmo período do ano anterior;
- (ii) Redução de cerca de R\$ 256 milhões nos custos com o contrato de Itaipu no ano de 2016 devido à redução da tarifa desse contrato.

Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 52 milhões): O incremento se deve ao maior volume de operações (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 86 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os períodos comparados em função dos seguintes efeitos:

- (i) Redução de 6% da base de consumidores Baixa Renda em 2016 comparado com 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu conseqüente desenquadramento. Esses clientes passaram a pagar tarifa normal com conseqüente aumento da morosidade de seus pagamentos à Companhia.
- (ii) Impacto da desaceleração da economia, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Despesas com pessoal (redução de R\$ 26 milhões): deve-se, principalmente, a uma maior ativação dos custos de pessoal no ano de 2016, em função basicamente de maiores investimentos, em conjunto, com uma reversão de provisão de INSS, devido a pagamentos efetuados a maior em anos anteriores, e com uma redução de 13,5% no número de colaboradores próprios entre os períodos analisados.

Indenizações DIC/FIC (incremento de R\$ 11 milhões): Este incremento se deve a maiores provisões para pagamento de indenização aos clientes por não atendimento de limites regulatórios de indicadores de qualidade.

Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 31 milhões): Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.

Custo na Desativação de Bens (incremento de R\$ 71 milhões): Este aumento se deve ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.

Outras Despesas/Receitas Operacionais (incremento de R\$ 28 milhões): Este aumento é justificado, principalmente, pela receita de venda de bens registrada em 2015.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2016, alcançaram o montante de -R\$ 1,317 bilhão, o que representa um incremento de 23,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 1,063 bilhão.

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 380 milhões no ano de 2016, o que representa uma redução em relação ao ano de 2015, cujo montante foi de R\$ 399 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2016 foi de 10,62%, o que representa um incremento de 1,57 p.p. em relação a 2015, de 9,05%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:



CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Lucro Líquido do Período	(221.832)	(35.234)	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 27)	(94.371)	567	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	443.319	211.081	>100,0%
(=) EBIT	127.116	176.414	-27,9%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 26)	253.147	222.095	14,0%
(=) EBITDA	380.263	398.509	-4,6%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla encerraram o exercício de 2016 em -R\$ 443 milhões, um incremento de R\$ 232 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2016	2015	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	25.536	14.228	79,5%
Receita Ativo Indenizável	139.330	171.541	-18,8%
Multas e Acréscimos Moratórios	36.904	29.614	24,6%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	23.998	63.087	-62,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	180.231	-	-
Variações Monetárias	16.482	14.483	13,8%
Outras Receitas Financeiras	20.816	29.511	-29,5%
Total - Receitas Financeiras	443.297	322.464	37,5%
Despesas financeiras			
Encargos de Dívidas	(343.216)	(233.973)	46,7%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(144.943)	(115.169)	25,9%
Encargo de Fundo de Pensão	(47.447)	(42.920)	10,5%
Variações Monetárias	(40.661)	(60.305)	-32,6%
IOF	(24.956)	(13.197)	89,1%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(216.105)	-	-
Outras Despesas Financeiras	(69.288)	(67.981)	1,9%
Total - Despesas Financeiras	(886.616)	(533.545)	66,2%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(443.319)	(211.081)	>100,0%

Variações relevantes

Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 32 milhões): Essa redução é explicada, basicamente, pela variação decorrente da implantação da resolução 674-Aneel ocorrida em dezembro/16. Esta resolução alterou atributos de classificações de alguns ativos, que ocasionaram mudança de vida útil nos bens já presentes no intangível.

Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 39 milhões): Essa variação se deve, basicamente, a redução dos ativos regulatórios decorrente de um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando, um maior passivo regulatório e uma menor variação monetária positiva.

Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (R\$ 180 milhões): Constituição desta rubrica, a partir de 2016, devido a novas captações realizadas, que possuem este tipo de instrumento. Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps). Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 216 milhões (*Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap*) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.

Encargos de Dívidas (incremento de R\$ 109 milhões): Este incremento deve-se, principalmente, ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +0,78 p.p. do CDI médio entre os anos 2016 e 2015. Do montante de encargos de dívida em 2016, R\$ 147 milhões refere-se aos encargos dos mútuos subordinados que a Companhia mantém com o seu controlador Enel Brasil.

Variações Monetárias (redução de R\$ 20 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

IR/CSLL

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2016 registraram R\$ 94 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.



IR/CSLL (R\$ mil)

	2016	2015	Var. %
IR e CSLL	94.371	(567)	<-100,0%
Total - IR/CSLL	94.371	(567)	<-100,0%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2016 um prejuízo de R\$ 222 milhões, valor R\$ 187 milhões maior do que o registrado no ano de 2015, que foi de R\$ 35 milhões. A Margem Líquida em 2016 foi de -6,19%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

A dívida bruta da Ampla Energia incrementou em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 162 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 236 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 428 milhões, (iv) provisão de encargos de R\$ 381 milhões, (v) variações monetária de R\$ 46 milhões; parcialmente compensados, pelas (vi) amortizações em torno de R\$ 456 milhões e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 185 milhões ocorridos entre os períodos.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	2016	2015	Var. %
Dívida Intercompany (R\$ mil)	1.211.976	878.138	38,0%
Dívida com Terceiros (R\$ mil)	2.082.376	1.799.185	15,7%
Dívida bruta (R\$ mil)	3.294.352	2.677.323	23,0%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	305.129	241.485	26,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	2.989.223	2.435.838	22,7%

A Ampla encerrou o ano 2016 com o custo médio da dívida (12 meses) em 14,53% a.a.* , ou CDI + 0,41% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 100 milhões em linhas de crédito abertas com bancos em caráter irrevogável (linhas comprometidas), além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Ampla tem autorização da Aneel para contratação de operações de mútuo com seu grupo controlador por até R\$ 2,20 bilhões com prazo até 10 de dezembro de 2019, dos quais R\$ 1,19 bilhão havia sido utilizado até dezembro de 2016. O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

Índices Financeiros - Covenants

A Companhia realizou, no mês de dezembro de 2015, a renegociação preventiva de índices financeiros de algumas dívidas, com seus respectivos credores, não obstante estar adimplente com suas obrigações. O processo de renegociação resultou na (i) modificação de covenants previstos nas debêntures de emissão da Ampla (6ª, 7ª e 8ª. emissões), com saldo total de R\$ 1.126 milhões, e de contrato específico de repasse de recursos do BNDES no valor de R\$ 153 milhões, e (ii) na regularidade da situação destes contratos ao final de 2015.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2016, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e Demonstrações Financeiras Anuais, os quais foram atingidos em 31 de Dezembro de 2016. Segue abaixo o cálculo dos covenants financeiros exigidos nas debêntures de emissão da Ampla (6ª, 7ª, 8ª. Emissões).



Cálculo dos Indicadores Financeiros* 2016

Lucro (prejuízo) Líquido	(221.832)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	94.371
(-) Resultado Financeiro	(443.319)
(-) Provisões para Contingências	(53.352)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(214.605)
(-) Depreciação e Amortização	(253.147)
EBITDA 12 Meses	648.220

Empréstimos e Financiamentos	1.105.920
Debêntures	976.456
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	187.126
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	251.357
(-) Aplicações Financeiras	53.772
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	1.964.373

Encargos de dívida não subordinada	232.378
Variações Monetárias	24.179
(-) Renda de Aplicações Financeiras	25.536
Despesa Financeira Líquida (12 meses)	231.021

Patrimônio Líquido	2.269.847
---------------------------	------------------

Covenants Financeiros

Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50	3,03
EBITDA/Despesa Fin. Líquida - Limite Mín. 1,75	2,81
Dívida Fin. Líquida/(Dívida Fin. Líquida + PL) - Limite Máx. 0,60	0,46

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)* (3)

	2016	2015	Var. %
Novas Conexões	215.638	193.301	11,6%
Rede	488.509	288.609	69,3%
Combate às Perdas	164.976	223.061	-26,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	323.533	65.548	>100,0%
Outros	273.648	202.922	34,9%
Variação de Estoque	(57.022)	119.035	<-100,0%
Total Investido	920.773	803.867	14,5%
Aportes / Subsídios	(32.138)	(8.377)	>100,0%
Investimento Líquido	888.635	795.490	11,7%

(1) A classificação dos Investimentos em 2016 foi alterada, e como consequência a reclassificação de 2015

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2016 alcançaram R\$ 921 milhões, um acréscimo de R\$ 117 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume em 2016, foi direcionado aos investimentos em qualidade do sistema, que representou cerca de 35% de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Ampla atingiram R\$ 889 milhões em 2016.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Ampla Energia mantém seu conceito tridimensional sobre a sustentabilidade, integrando comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável.

Em 2016, o programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, atuou para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades onde está inserido. A Ampla Energia conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que tem como objetivo ser o interlocutor da empresa com as comunidades atendidas, de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas das comunidades para o desenvolvimento dos projetos.

Além do Programa Enel Compartilha, a Ampla conta com outros programas socioambientais, que juntos em 2016 beneficiaram mais de 484.658 pessoas, com um investimento de R\$ 20,8 milhões. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Ecoenel Rio: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar resíduos por bônus na conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.



Luz Solidária Rio: É um projeto de *crowdfunding* onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para mudar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer). Neste programa, o cliente também concorda em entregar o equipamento antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários onde elas se reúnem para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Esse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, conta também com carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Oportunidade: O programa promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua. Desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região, emprega jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Rede do Bem – Programa de voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2016 com a plataforma já consolidada, teve como destaque o Troca de talentos, módulo destinado ao compartilhamento de conhecimento dos voluntários, sejam técnicos ou pessoais. Mais de 40 talentos foram publicados na plataforma.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2016 temas como direitos humanos, voto consciente, controle financeiro e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nos quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

Em 2016 a companhia manteve seu sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001. Para a conscientização ambiental e engajamento dos colaboradores no tema, a companhia realiza continuamente atividades de educação ambiental em datas relevantes, a exemplo do Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial do Meio Ambiente.

A empresa possui ainda processos certificados pelas normas ISO 9001 e OHSAS 18001.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos números apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

**Composição da Diretoria**

- Abel Rochinha – Diretor Presidente
- Ramón Francisco Castañeda Ponce – Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva – Diretora de Mercado
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Comunicação
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
- Margot Frota Cohn Pires – Diretora de Compras

Composição do Conselho de Administração**Conselheiros Efetivos:**

- Mário Fernando de Melo Santos
- Monica Hodor
- Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
- José Távora Batista
- José Alves de Mello Franco
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Luiz Carlos Franco Campos

Conselheiros Suplentes:

- Carlos Ewandro Naegele Moreira
- Gabriel Maluly
- Cláudio Cesar Weyne da Cunha
- Flávia da Silva Baraúna
- Déborah Meirelles Rosa Brasil
- Márcia Massotti de Carvalho
- Otacílio de Souza Junior

Contador Responsável

Anderson Francelino Muniz – CRC RJ – 116126/O-8

Relações com Investidores

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Isabel Regina Barroso de Alcantara – Responsável por Relações com Investidores
Investorrelations.ampla@enel.com

Niterói, 22 de Fevereiro de 2017.

Administração

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com Sede no Município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 06 de fevereiro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2. Principais políticas contábeis**2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**c) Hedge de fluxo de caixa**

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 29 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.6. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.10. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.11. Receita**a) Vendas de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**
2.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.13. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<u>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</u> As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</u> As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</u> Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases: As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos. Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<u>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</u> Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Normas, interpretações e alterações

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão e reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 08 de março de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Ampla resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,38%.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória**a) Bandeiras tarifárias**

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

c) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

d) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho nº 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

e) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3/05/2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

5. Reclassificação de saldos comparativos

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação da receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receitas/Despesas Financeiras” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros) e de receitas de atividades acessórias complementares e outras rendas de “Receita Líquida” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” as quais não são reguladas e tão pouco vinculadas o objeto da concessão. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o lucro do período divulgado em 04 de fevereiro de 2016 pela Companhia.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos dessas reclassificações na demonstração dos resultados estão apresentados a seguinte:

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</u>		
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita líquida	5.177.380	(13.965)	5.163.415
Custo do serviço	(4.682.076)	-	(4.682.076)
Lucro operacional bruto	495.304	(13.965)	481.339
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(132.000)	-	(132.000)
Despesas gerais e administrativas	(233.943)	(538)	(234.481)
Outras receitas operacionais	-	61.556	61.556
Total de receitas (despesas) operacionais	(365.943)	61.018	(304.925)
Resultado do serviço público de energia elétrica	129.361	47.053	176.414
Resultado financeiro			
Receita financeira	370.055	(47.591)	322.464
Despesa financeira	(534.083)	538	(533.545)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.667)	-	(34.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(567)	-	(567)
Prejuízo do período	(35.234)	-	(35.234)

6. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Total de caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	76.827	-
Operações compromissadas	131.630	17.759
Total das aplicações diretas	208.457	17.759
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	2	18.071
Operações compromissadas	8.073	88.803
Total de fundos de investimento não exclusivos	8.075	106.874
Total	251.357	134.126

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos não exclusivos	45.144	27.896
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.553	77.624
LF - Letra Financeira	2.075	1.839
Total	53.772	107.359

8. Consumidores

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2016	31/12/2015
Classe de consumidores:					
Residencial	17.349	68.488	66.730	152.567	325.837
Industrial	35.908	13.941	37.080	86.929	86.650
Comercial	42.155	42.143	58.664	142.962	138.249
Rural	1.019	3.201	9.881	14.101	17.384
Poder público iluminação pública	67.417	77.215	110.307	254.939	218.342
Serviço público	13.173	629	174	13.976	11.605
Revenda	12.426	1.035	980	14.441	11.745
Fornecimento	189.447	206.652	283.816	679.915	809.812
Receita não faturada	229.678	-	-	229.678	273.637
Consumidores baixa renda	7.143	-	-	7.143	6.576
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Outros contas a receber - RDS	2.672	8.305	35.084	46.061	23.553
Subtotal	428.940	214.957	323.036	966.933	1.117.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(194.585)	(194.585)	(135.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -RDS	-	-	(35.983)	(35.983)	(11.519)
Total circulante	428.940	214.957	92.468	736.365	970.942
Não circulante					
Parcelamento de débitos	-	-	109.276	109.276	52.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(50.015)	(50.015)	(48.427)
Total não circulante	-	-	59.261	59.261	4.369

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quarto trimestre de 2016 a Companhia vendeu determinadas faturas de energia de clientes massivos, transferindo substancialmente os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos previstos no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.011)	116.627	(280.583)
	<u>(195.199)</u>	<u>(202.011)</u>	<u>116.627</u>	<u>(280.583)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.456). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$18.527).

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	113.703
Resolução Homologatória 2.023/2016	78.954	-
Parcela de Ajuste (estimativa)	15.370	6.147
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>277.512</u>	<u>173.228</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703, 1861 e 2.023), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 305.155 (R\$ 231.405 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	10.396	-	34.227	-
ICMS	49.376	92.371	47.459	77.922
PIS e COFINS	8.246	32.929	7.300	31.881
Outros tributos	6.625	-	1.629	-
Total de tributos a compensar	74.643	125.300	90.615	109.803

Do total de crédito de ICMS, R\$ 127.637 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 111.271 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.110 referem-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais**Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compra de energia	(54.359)	7.948	381.497	66.888
Encargo de serviço do sistema - ESS	143.726	31.664	(91.331)	(7.852)
Uso da rede básica	(4.881)	(935)	17.236	(3.356)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	16.488	8.936	100.294	25.374
Outros	(35.522)	(7.216)	9.113	4.200
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	65.452	40.397	416.809	85.254
Sobrecontratação de energia	52.210	11.990	19.780	(11.928)
Bandeira não faturada	-	-	(24.715)	-
Neutralidade	(27.500)	(6.094)	26.867	7.767
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(71.120)	(4.854)	20.333	(2.387)
Outros ativos e passivos financeiros setoriais	(46.410)	1.042	42.265	(6.548)
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	19.042	41.439	459.074	78.706

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registrado no circulante, substancialmente, o saldo remanescente oriundo da CVA homologada pela ANEEL em 08/03/2016 - Resolução Homologatória nº 2023, no valor de R\$ 394.581. A CVA correspondente ao ciclo atual, que compreende o período de 15 de março de 2016 a 14 de março de 2017, está sendo registrado no passivo não circulante.

12. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.832.491	1.342.255
Transferências do ativo intangível	270.534	293.757
Marcação a mercado - ativo financeiro	139.330	196.479
Saldo Final	2.242.355	1.832.491

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Saldo em				Saldo em	
	31/12/2015	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação	31/12/2016
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	111.247	-	-	1.915	-	113.162
Móveis e utensílios	22.140	-	-	870	-	23.010
Subtotal	133.387	-	-	2.785	-	136.172
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(73.344)	(5.639)	-	-	-	(78.983)
Móveis e utensílios	(16.331)	(607)	-	-	-	(16.938)
Subtotal	(89.675)	(6.246)	-	-	-	(95.921)
Total do imobilizado em serviço	43.712	(6.246)	-	2.785	-	40.251
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	21.440	-	1.554	(1.915)	(571)	20.508
Móveis e utensílios	5.750	-	2.175	(870)	614	7.669
Subtotal	27.190	-	3.729	(2.785)	43	28.177
Total do imobilizado	70.902	(6.246)	3.729	-	43	68.428
Outros Investimentos						
Outros Investimentos	974	-	-	-	-	974
Maquinas e Equipamentos	2.309	(449)	-	-	290	2.150
Total Bens de Renda	3.283	(449)	-	-	290	3.124
Total	74.185	(6.695)	3.729	-	333	71.552

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

14. Intangível

	31/12/2016			31/12/2015
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	4.667.090	(2.189.255)	(133.125)	2.344.710
Software	198.308	(111.298)	-	87.010
Em Curso				
Direito de uso da concessão	930.595	-	(129.056)	801.539
Software	35.357	-	-	35.357
Total	5.831.350	(2.300.553)	(262.181)	3.268.616
				2.960.331

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais Valor líquido	Custo	Obrigações especiais Valor líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.421.869	(1.952.980)	(164.448) 2.304.441	499.480	(84.285) 415.195	2.719.636	
Adições	-	-	-	784.592	(23.054) 761.538	761.538	
Baixas	(113.476)	105.660	15.563 7.747	-	-	7.747	
Amortização	-	(243.482)	12.512 (230.970)	-	-	(230.970)	
Transferências	659.501	-	(1.815) 657.686	(659.501)	1.815 (657.686)	-	
Transferências para o ativo indenizável	(294.742)	-	985 (293.757)	-	-	(293.757)	
Reclassificação do imobilizado	-	(183)	- (183)	(3.680)	- (3.680)	(3.863)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.673.152	(2.090.985)	(137.203) 2.444.964	620.891	(105.524) 515.367	2.960.331	
Adições	-	-	-	917.044	(32.139) 884.905	884.905	
Baixas	(108.124)	68.337	- (39.787)	-	-	(39.787)	
Amortização	-	(278.651)	12.685 (265.966)	-	-	(265.966)	
Transferências	571.940	-	(8.607) 563.333	(571.940)	8.607 (563.333)	-	
Transferências para o ativo indenizável	(270.534)	-	- (270.534)	-	-	(270.534)	
Reclassificações de imobilizado	(1.036)	746	- (290)	(43)	- (43)	(333)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.865.398	(2.300.553)	(133.125) 2.431.720	965.952	(129.056) 836.896	3.268.616	

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Concentrador secundário	7,69%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Estrutura torre	2,70%

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	313.434	702.760
Encargo de uso da rede	15.170	13.532
Diferencial Eletronuclear	-	779
Partes relacionadas (vide Nota 20)	1.464	2.056
Materiais e serviços	358.952	238.793
Total	689.020	957.920
Circulante	688.858	952.142
Não circulante	162	5.778

16. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.973	148.692
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.157	35.956
Programa de integração social - PIS	8.458	7.761
Imposto sobre serviços - ISS	4.770	3.340
INSS s/ terceiros	10.574	8.709
Outros	5.369	11.688
Total	124.301	216.146

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Empréstimos						
Banco do Brasil S.A	-	101.813	19/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Banco do Brasil S.A	-	30.424	29/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Citibank N.A	126.054	-	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Santander Chile	250.050	-	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	376.104	132.237				
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	45.795	55.972	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	29.593	48.622	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	29.605	48.642	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	53.047	61.313	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.845	106.274	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.879	106.317	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	2.066	-	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	44.758	56.854	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	140.027	56.920	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	151.392	-	30/05/2016	15/12/2023	Mensal	SELIC + 3,18%
Financiamentos	664.007	540.914				
Partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 18)	1.211.976	878.138	29/12/2015	07/08/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	1.211.976	878.138				
Total de empréstimos e financiamentos	2.252.087	1.551.289				
Resultado das operações de Swap	65.809	-				
Total de empréstimos e financiamentos	2.317.896	1.551.289				
Circulante	373.422	119.520				
Não circulante	1.878.665	1.431.769				

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
Empréstimos				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Financiamentos				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
Partes relacionadas				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.024.850	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	161.851	100%	-

* Vide nota 18

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e empréstimo com Citibank N.A., a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / LAJIDA** (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / (PL + Endividamento Financeiro Líquido*) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido/ (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / (Dívida Financeira Líquida* + PL) (máximo)	0,60	Trimestral

*Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados).

** Lajida é a tradução em português para Ebitda, que significa: Lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2016					
2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
273.524	1.401.522	104.908	74.200	24.511	1.878.665

18. Debêntures

	31/12/2016		31/12/2015		Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Inicial	Final			
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.869	-	15/06/2011	15/06/2015	15/06/2016	CDI + 1,2% a.a.	Anual	11.700
2ª série - 6ª emissão	95.300	87.831	92.884	164.613	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	50.302	-	50.624	50.000	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	150.482	274.287	12.593	385.551	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	07/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	15/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
(-) Custos a amortizar	(972)	(1.793)	(1.202)	(2.701)						
Total sem efeito de swap	416.918	560.325	235.868	897.463						
Resultado das operações de swap	(787)	-	(1.912)	(5.385)						
Total de debêntures líquido	416.131	560.325	233.956	892.078						

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 787 (R\$ 7.297 em 31 de dezembro em 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	233.956	892.078	1.126.034
Amortização	(194.540)	-	(194.540)
Encargos provisionados	102.010	-	102.010
Encargos pagos	(105.357)	-	(105.357)
Variação monetária	-	40.661	40.661
Transferência de prazos	372.414	(372.414)	-
Custo de transação amortizado	1.138	-	1.138
Resultado de swap	6.510	-	6.510
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	3,50	3,50
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

Curva de amortização das debêntures

registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2018	Após 2018	Total
2ª série - 6ª emissão	87.831	-	87.831
1ª série - 7ª emissão	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	137.143	137.144	274.287
1ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
2ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
(-) Custo de transação	(798)	(995)	(1.793)
Total a amortizar	324.176	236.149	560.325

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
19. Taxas Regulamentares

	31/12/2016	31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	305.155	231.405
Programas de P&D e PEE	67.675	70.097
Outros	12.446	976
Total	385.276	302.478
Circulante	339.189	252.336
Não Circulante	46.087	50.142

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

20. Partes relacionadas

Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Passivo não	Receita	Ativo	Passivo	Passivo não	Receita	
	circulante (*)	circulante (*)	circulante (*)	(despesa)	circulante (*)	circulante (*)	circulante (*)	(despesa)	
Fundo de pensão (a)	Fundo de pensão	-	-	493.335	(49.382)	-	-	491.635	(44.757)
Enel Cien S/A (b)	Transmissão de energia	-	336	-	(3.053)	-	298	-	(3.553)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A (c)	Compra de energia	-	623	-	(6.869)	-	1.111	-	(8.803)
Enel soluções S/A (d)	Serviços	79	505	-	404	58	647	-	748
Enel Energy (e)	Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Brasil (f)	Mítuos	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)	8.593	-	878.138	(56.315)
Enel Green Power (g)	Compra de energia	-	-	-	(1.349)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas		2.435	188.590	1.518.185	(232.235)	8.651	2.056	1.369.773	(112.680)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros		-	-	(493.335)	(49.382)	-	-	(491.635)	(44.757)
Total		2.435	188.590	1.024.850	(281.617)	8.651	2.056	878.138	(157.438)

(*) Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 15, 17 e 21).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 21.
- Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no exercício, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 15° LEE 2015 ou MCSD 15° LEE 2015;

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- d) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre de contratos através dos quais a Companhia arrecada e repassa à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem ao projeto Eletrodependentes, no montante total contratado de R\$ 505 e ao projeto de Bombeamento Solar;
- e) Enel Energy: serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software (hyperium, nostrum, oracle, osisoft e sap) onde o faturamento é feito semestralmente;
- f) Enel Brasil: mútuos contratados em 2015 e 2016 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- g) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homogados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	1.024.850	-	-	878.138
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.275	161.851	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	25.275	161.851	1.024.850	-	-	878.138
	31/12/2016	31/12/2015				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas	Provisionados	Provisionados				
Enel Brasil Mútuo Subordinado *	146.712	-				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.274	56.315				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	171.986	56.315				

(*) Os encargos de empréstimos com partes relacionadas dos últimos 12 meses, corresponde ao montante de R\$ 146.712 de mútuo subordinado com a ENEL Brasil.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.217 (R\$ 13.821 em 31 de dezembro de 2015).

21. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem abaixo relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário.

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31/12/2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31/12/2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de - 1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30/01/2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Enel Distribuição Rio com o PACV totalizam a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 493.335 (R\$ 491.635 em 31 de Dezembro de 2015), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial
Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.029.004	1.021.198	Valor justo dos ativos do plano no início do período	656.657	646.407
Custo dos serviços correntes	1.934	1.837	Retorno esperado dos ativos do plano	90.605	78.655
Custos dos juros	138.053	121.575	contribuições recebidas de participantes do plano	24	22
Contribuição de participantes do plano	24	22	Contribuições do empregador	74.572	61.967
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	131.243	(18.327)	Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)
Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.189.407</u>	<u>1.029.004</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>771.966</u>	<u>656.657</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.189.407	1.029.004
Valor justo dos ativos	<u>(771.966)</u>	<u>(656.657)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	417.441	372.347
(Ativo) passivo atuarial líquido	417.441	372.347
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	75.894	119.288
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>493.335</u>	<u>491.635</u>

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente bruto	1.958	1.859
Contribuições de participante	(24)	(22)
Custo do serviço líquido	<u>1.934</u>	<u>1.837</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	138.053	121.575
Rendimento esperado dos ativos no ano	(90.605)	(78.655)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>47.448</u>	<u>42.920</u>
Total reconhecido na DRE	<u>49.382</u>	<u>44.757</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	131.243	(18.327)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(60.959)	33.093
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(43.392)	49.045
Montante reconhecido no período em ORA	<u>26.892</u>	<u>63.811</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	90.605	78.655
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>151.564</u>	<u>45.562</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Principais Premissas Atuariais</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	12,20%	12,20%	12,20%	12,25%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,20%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2015					31/12/2016
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	175.137	64.416	(63.251)	87.568	(16.419)	247.451
Cíveis (b)	290.086	99.097	(50.845)	49.596	(84.352)	303.582
Fiscais (c)	28.923	25	(102)	2.149	(2.663)	28.332
Regulatório (d)	27.946	4.012	-	5.630	(13.248)	24.340
Total das provisões	522.092	167.550	(114.198)	144.943	(116.682)	603.705

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.005 (R\$12.326 em 31 de dezembro de 2015).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.279, valor total do auto de R\$ 13.199, (R\$ 4.991 e R\$ 12.477 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) e de R\$ 502, valor total do auto R\$ 2.512 (R\$476 e R\$ 2.378 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	552.959	505.324
Cíveis	937.576	762.230
Fiscais	1.674.601	1.809.217
Juizados especiais	144.419	128.526
	<u>3.309.555</u>	<u>3.205.297</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.192.018 (R\$ 1.127.837 em 31 de dezembro 2015).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 3 de dezembro de 2016 é de R\$ 156.721 (R\$ 149.174 em 31 de dezembro de 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 27.275.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.403 e 2.046, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.830 e R\$ 1.887 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

A companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 34.693.

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.708 (R\$ 10.144 em 31 de dezembro de 2015)

Ativo contingente não registrado

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 172.200 (R\$ 166.758 em 31 de dezembro de 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	176.008	173.993
Cíveis	40.199	46.549
Fiscais	7.118	3.071
Total	<u>223.325</u>	<u>223.613</u>

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2016		Milhares R\$
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	
Enel Brasil S.A.	45.978.507	46,89	608.698
Enel Américas S.A.	31.113.689	31,73	411.906
Chilectra Inversud S.A.	20.615.188	21,02	272.919
Outros	355.513	0,36	4.707
Total de ações em circulação	<u>98.062.897</u>	<u>100,00</u>	<u>1.298.230</u>

Com o objetivo de manter os valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA cotados dentro dos valores mínimos por ela estabelecidos, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de dezembro de 2015, operação de grupamento de ações, na proporção de 40.000 ações para 1 (uma) ação, sem redução de capital social. As ações passaram a ser negociadas na forma agrupada a partir do dia 15 de janeiro de 2016. Nessa data o capital social da Companhia passou a ser representado por 98.062.897 (noventa e oito milhões, sessenta e duas mil, oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia optou por oferecer aos seus acionistas período para livre ajuste de posição de 30 dias, conforme Instrução CVM 323/00, e o leilão das frações remanescentes após o grupamento será efetuado no dia 29 de janeiro de 2016.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas terá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas será incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a companhia não foi constituída a reserva legal.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(221.832)	(35.234)
(+) Reversão de dividendos prescritos	141	28
Prejuízo ajustado	<u>(221.691)</u>	<u>(35.206)</u>
	(221.691)	(35.206)
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(17.749)	(42.115)
Reserva reforço de capital de giro	(239.440)	(77.321)

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Como a companhia apresentou prejuízo ano 2016, ela não possui a obrigatoriedade de repassar dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

24. Lucro (prejuízo) por ação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo líquido no período	(221.832)	(35.324)
Número de ações (por lote de mil)	98.063	98.063
Prejuízo por ação - básico e diluído (reais por ação)	(2,26214)	(0,36022)

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro (prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

25. Receita líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (reclassificado)
Fornecimento faturado	6.325.511	6.052.335
Fornecimento não faturado	229.678	273.637
Consumidores, concessionários e permissionários	6.555.189	6.325.972
Suprimento de energia elétrica	77.362	66.560
Baixa renda	42.063	49.851
Subvenção CDE - desconto tarifário	180.275	134.715
Disponibilidade da rede elétrica	310.125	246.762
Receita de construção	884.905	761.538
Ativos e passivos financeiros setoriais	(518.199)	885.415
Outras receitas	44.825	57.525
Receita operacional bruta	7.576.545	8.528.338
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.721.457)	(1.698.658)
PIS	(111.530)	(135.752)
COFINS	(513.713)	(625.281)
ISS	(3.030)	(3.103)
Encargo setorial CDE	(712.064)	(854.498)
P&D e eficiência energética	(41.281)	(37.728)
Taxa de fiscalização	(6.481)	(9.903)
Total de deduções de receita	(3.109.556)	(3.364.923)
Total	4.466.989	5.163.415

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

Descrição	31/12/2016					31/12/2015 (reclassificado)				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(93.674)	-	(67.839)	-	(161.513)	(106.139)	-	(82.732)	-	(187.871)
Material	(12.185)	-	(3.624)	-	(15.809)	(13.730)	-	(1.074)	-	(14.804)
Serviços de terceiros	(427.301)	(8.299)	(48.687)	-	(484.287)	(366.948)	(3.847)	(62.694)	-	(433.489)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.825.602)	-	-	-	(1.825.602)	(2.792.124)	-	-	-	(2.792.124)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(233.329)	-	-	-	(233.329)	(235.625)	-	-	-	(235.625)
Encargos de serviços do sistema	(78.859)	-	-	-	(78.859)	(134.307)	-	-	-	(134.307)
Custos na desativação de bens	(89.150)	-	-	-	(89.150)	(18.008)	-	-	-	(18.008)
Depreciação e amortização	(237.204)	-	(15.943)	-	(253.147)	(208.394)	-	(13.701)	-	(222.095)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(208.947)	-	-	(208.947)	-	(128.153)	-	-	(128.153)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(53.352)	-	(53.352)	-	-	(49.051)	-	(49.051)
Custo de construção	(884.905)	-	-	-	(884.905)	(761.538)	-	-	-	(761.538)
Indenizações DIC / FIC	(55.276)	-	-	-	(55.276)	(44.522)	-	-	-	(44.522)
Perda de recebíveis de clientes	-	(5.658)	-	-	(5.658)	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais	(22.365)	-	(28.911)	-	(51.276)	(1.741)	-	(25.229)	-	(26.970)
Receita de multa por impropriedade de clientes	-	-	-	51.115	51.115	-	-	-	47.591	47.591
Outras receitas operacionais	-	-	-	10.122	10.122	-	-	-	13.965	13.965
Total	(3.959.850)	(222.904)	(218.356)	61.237	(4.339.873)	(4.682.076)	(132.000)	(234.481)	61.556	(4.987.001)

27. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(316.203)	(316.203)	(34.667)	(34.667)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	79.051	28.458	8.691	3.120
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas ineditáveis e multas	(9.556)	(3.582)	(8.402)	(3.214)
Incentivos fiscais e outros	-	-	(560)	(202)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	69.495	24.876	(271)	(296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.495	24.876	(271)	(296)
Total	69.495	24.876	(271)	(296)

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	414.575	272.832	141.743	57.758
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.574	71.186	31.388	14.319
Provisão para ações judiciais e regulatórias	205.260	177.511	27.749	21.439
Provisão para perdas de estoque	63	249	(186)	-
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	24.944	-	24.944	-
Prejuízo fiscal	78.368	21.830	56.538	-
Outras	3.366	2.056	1.310	22.000
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado IFRIC 12	(218.716)	(171.344)	(47.372)	(58.325)
Efeito no resultado do período	195.859	101.488	94.371	(567)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	174.039	162.767	11.272	22.948
Plano de Pensão	174.275	165.132	9.143	21.696
Swap	(236)	(2.365)	2.129	1.252
Total	369.898	264.255	105.643	22.381

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

28. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		(reclassificado)
Renda de aplicação financeira	25.536	14.228
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	36.904	29.614
Variações monetárias	16.482	14.483
Receita financeira de ativo indenizável	139.330	171.541
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	180.231	-
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	23.998	63.087
Outras receitas financeiras	20.816	29.511
Total da receita financeira	443.297	322.464
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(241.206)	(121.011)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(144.943)	(115.169)
Encargo de fundo de pensão	(47.447)	(42.920)
Variações monetárias debêntures	(40.661)	(60.305)
Juros debêntures	(102.010)	(112.962)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(216.105)	-
IOF	(24.956)	(13.197)
Outras despesas financeiras	(69.288)	(67.981)
Total da despesa financeira	(886.616)	(533.545)
Resultado financeiro	(443.319)	(211.081)

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	251.357	134.126
Titulos e valores mobiliários	53.772	107.359
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	11.103	7.297
Consumidores	795.626	1.002.077
Ativo financeiro setorial	-	537.780
Ativo indenizável (concessão)	2.242.355	1.832.491
	3.354.213	3.621.130

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	31/12/2015
AA-	111.057	54.359
AAA	48.317	67.940
A+	15.207	-
AA+	117.099	-
BB	222	-
Banco Central do Brasil	13.226	119.186
Total Geral	305.129	241.485
Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2016	31/12/2015
AA-	(65.810)	1.706
AA-	788	5.591
Total Geral	(65.022)	7.297

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2016 é de 46% e em 2015 de 49%.

d) Risco de Mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI):

	<u>31/12/2016</u>
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	376.104
Exposição Patrimonial	<u>376.104</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(359.494)
Exposição Cambial Total	<u>16.610</u>

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 94% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 11% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 14% das dívidas variáveis (13% do total) tiveram hedge em suas taxas através de contrato de swap. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 65.022 (resultado positivo no montante de R\$ 7.297 em 31 de dezembro 2015), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 6.262 (R\$ 3.683 em 31 em de dezembro 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	6.553	2%	77.624	33%
CDI	255.679	95%	65.564	28%
Pré-Fixado	8.072	3%	88.804	39%
Total	270.304	100%	231.992	100%
Ativo indenizável (concessão)				
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
IPCA	2.242.355	100%	1.832.491	100%
Total	2.242.355	100%	1.832.491	100%
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos				
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa Fixa	189.920	6%	262.223	10%
TJLP	369.015	11%	366.710	14%
Selic	151.392	5%	56.919	2%
CDI	1.959.516	59%	1.335.832	50%
IPCA	607.900	18%	655.639	24%
Libor	16.609	1%	-	0%
Total	3.294.352	100%	2.677.323	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla através de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2016, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.013.299.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	<u>258.203</u>	<u>64.585</u>	<u>717.562</u>	<u>2.817.864</u>	<u>26.019</u>	<u>3.884.233</u>
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.091	4.123	18.261	86.725	25.897	137.097
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	9.545	18.810	114.037	556.015	45.219	743.626
Empréstimos com Parte Relacionada	-	-	-	1.646.580	-	1.646.580
Debêntures	22.852	-	275.176	1.085.561	-	1.383.589
	<u>34.488</u>	<u>22.933</u>	<u>407.474</u>	<u>3.374.881</u>	<u>71.116</u>	<u>3.910.892</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	973	-	973
"Swaps" de juros 06/01/16	(4.406)	-	(13.988)	(11.351)	(29.745)
"Swaps" de juros 07/03/16	-	(14.373)	(12.817)	(28.856)	(56.046)
	<u>(4.406)</u>	<u>(14.373)</u>	<u>(25.832)</u>	<u>(40.207)</u>	<u>(84.818)</u>
31 de dezembro de 2015					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(2.850)	(1.632)	(4.482)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(1.726)	-	(1.726)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.576)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>(6.208)</u>

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	251.357	251.357	134.126	134.126
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	53.772	53.772	107.359	107.359
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	63.601	63.601	40.923	40.923
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	803.635	803.635	984.159	984.159
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	84.519	84.519	81.368	81.368
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	11.103	11.103	7.297	7.297
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	2.356	2.356	8.594	8.594
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	537.780	537.780
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.242.355	2.242.355	1.832.491	1.832.491
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.875.983	1.826.806	1.551.289	1.454.941
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	977.243	953.470	1.133.331	1.101.586
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	376.104	372.590	-	-
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	60.481	60.481	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	76.125	76.125	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	689.020	689.020	916.038	916.038

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2016 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	92	787	695	50.000
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(31.999)	(28.233)	3.766	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(42.531)	(37.576)	4.955	277.718

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2016 havia 3 (três) contratos de swap, sendo um de CDI para taxa fixa e dois contratos de Libor para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	787	5.591
CITIBANK S.A.	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(28.233)	1.706
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	(37.576)	-

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável:

Ativos	Risco	Base 31/12/2016	Cenários projetados - Dez.2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.553	119	90	60
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	255.679	8.111	6.169	4.173
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	8.072	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.242.355	146.394	142.862	141.096
Instrumentos financeiros derivados	Pre-fixado	(50.000)	(1.966)	(1.966)	(1.966)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(427.718)	(55.713)	(67.813)	(79.608)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(140.834)	(13.559)	(13.559)	(13.559)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(369.015)	(33.840)	(39.178)	(44.445)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(151.392)	(13.866)	(16.069)	(18.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.534.210)	(192.981)	(231.329)	(268.716)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(607.899)	(69.618)	(77.107)	(84.063)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(16.610)	-	-	-
			(226.919)	(297.900)	(365.271)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2016	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª, 7ª emissão	2.850	3.465	4.063
Swap Ponta Ativa	(2.850)	(3.465)	(4.063)
Swap Ponta Passiva	1.966	1.966	1.966
Santander 4131	6.539	63.819	111.583
Swap Ponta Ativa	(6.539)	(63.819)	(111.583)
Swap Ponta Passiva	34.673	42.516	50.161
Citi 4131	4.360	33.253	57.345
Swap Ponta Ativa	(4.360)	(33.253)	(57.345)
Swap Ponta Passiva	21.039	25.297	29.447
Total	57.678	69.779	81.574

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****30. Compromissos**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.837 em 2017, R\$ 2.688.536 em 2018, R\$ 2.853.353 em 2019, R\$ 2.847.306 em 2020 e R\$ 50.294.988 após 2020.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2016 que foram homologados pela ANEEL.

31. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2016 foi de R\$ 19.967 (R\$ 12.638 em 2015).

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização	
	De	Até			
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 1.260.239	R\$	159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$	636.220

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nos 2.11 e 25)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado").

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nos 2.11 e 25)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nos 2.4 e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nos 2.4 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Notas Explicativas nos 2.5 e 11)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Notas Explicativas nos 2.5 e 11)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nos 13 e 14)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 3.340.168 mil, em 31 de dezembro de 2016 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nos 13 e 14)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das provisões de fluxo de caixa futuro da Unidade Geradora de Caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas provisões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas 2.9 e 21)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas 2.9 e 21)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 21 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Notas Explicativas 17 e 18)

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures no qual a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados índices financeiros.

Resposta da auditoria ao assunto de Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Notas Explicativas 17 e 18)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão dos contratos de empréstimos e financiamentos bem como das escrituras públicas das debêntures emitidas, o recálculo dos indicadores financeiros e a confirmação externa junto as instituições financeiras e agentes fiduciários, bem como, a sua divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis auditadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 05, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 1º de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 05 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, os referidos ajustes estão adequadamente registrados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado da companhia de 2016, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Abel Rochinha: Diretor Presidente

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira: Diretor de Recursos Humanos e Organização

José Nunes de Almeida Neto: Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro: Diretora de Comunicação

José Alves Mello Franco: Diretor de Regulação

Déborah Meirelles Rosa Brasil: Diretora Jurídica

Margot Frota Cohn Pires: Diretora de Compras

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

Ramón Francisco Castañeda Ponce: Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Márcia Sandra Roque Vieira Silva: Diretora de Mercado

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado da companhia de 2016, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após examinadas, discutidas e revisadas, declaramos que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2016.

Abel Rochinha: Diretor Presidente

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira: Diretor de Recursos Humanos e Organização

José Nunes de Almeida Neto: Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro: Diretora de Comunicação

José Alves Mello Franco: Diretor de Regulação

Déborah Meirelles Rosa Brasil: Diretora Jurídica

Margot Frota Cohn Pires: Diretora de Compras

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

Ramón Francisco Castañeda Ponce: Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Márcia Sandra Roque Vieira Silva: Diretora de Mercado